

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
ACTA N.º 02/2011 DE 26 DE ABRIL DE 2011

----- Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano dois mil e onze, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em Sessão Ordinária do mês de Abril do ano em curso, pelas catorze horas, e com a ordem de trabalhos constante no Edital junto aos documentos anexos a esta acta e oportunamente remetida a todos os membros da Assembleia. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Mesa da Assembleia: -- Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente deste Órgão Autárquico, Maria Idália Amaral Pinto e Ilídio Silva Ferreira, primeira e segundo secretários respectivamente e os seguintes Membros: -----

Henrique Gomes Morgado, Hugo Filipe Afonso Trindade, José Manuel Afonso Rodrigues, José Luís Ferreira dos Santos, Joel Afonso de Sousa, Manuel Costa Pereira, Alberto Pereira de Sá, Alípio de Melo Vieira, Fernando Costa Félix, Manuel Leandro Vicente, Anabela Conceição Salvador Almeida, Carlos Alberto Cunha Saraiva, Ilídio Afonso da Cruz, Orlando Carvalho Canseiro, Augusto Marques Moreira, Amândio Martinho Salvador, Jorge Manuel Pereira Reis e Horácio Manuel Sousa Leal. -----

----- Não compareceu à sessão a Sr.ª Sandra Cristina da Silva Francisco Amaral. -----

----- Nos termos do artigo 29º do Regimento desta Assembleia, participou na sessão o Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Estiveram também na Sessão a Vereadora a tempo inteiro, Delfina Maria Fonseca Gomes e os Vereadores em regime de não permanência, Manuel Marques Custódio e Ana Cristina Ribeiro dos Santos. -----

----- Sendo a hora designada para início da sessão, eram catorze horas verificando-se haver quorum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, dando início aos trabalhos: -----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 24 de Fevereiro e 26 de Abril do ano em curso. -----

1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”; -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal antes de abrir as inscrições para o período antes da ordem do dia, usou da palavra por entender que esta era a melhor altura para o fazer, e que até trouxe um texto escroto que leu e cujo teor integral é o

seguinte: “ *Meus senhores e minhas senhoras, correu inquestionavelmente mal a última reunião da Assembleia Municipal. Não houve um bom comportamento e um bom desenvolvimento da Sessão, e isso, é algo que não se pode voltar a repetir. Este órgão, sendo o órgão máximo do município tem de ser respeitado sempre, até porque as pessoas passam mas os órgãos e as instituições ficam. Assim, e depois de muito ter reflectido, devo dizer que não podemos tolerar mais as situações que têm ocorrido. Porque todos temos de lutar por uma Assembleia digna, respeitadora e respeitada, e temos de ser implacáveis em relação a isto. Desta forma, daqui em diante qualquer intromissão e desrespeito pela ordem da Assembleia será veemente censurada de forma clara e objectiva e usando para tal de todos os meios possíveis e disponíveis e disso não tenham qualquer tipo de dúvidas. No entanto o meu desejo é que a partir de agora, todos, enquanto órgão, todos respeitemos este órgão e lhe demos a dignidade que tem e que merece. Os poderes da mesa estão bem definidos, bem como os direitos, e todos os presentes vamos respeitar a Lei e o Regulamento e com isso tornaremos esta uma boa e interessante Assembleia, em que deixaremos para trás algumas questões que pouco têm a ver com o bem do Município e nos focaremos no desenvolvimento do concelho ao qual todos pertencemos e para o qual todos devemos contribuir com as melhores práticas. É isso que eu espero. Espero que estejamos todos imbuídos do mesmo espírito de modo a que daqui para a frente tudo corra com serenidade e com naturalidade para não haver qualquer tipo de problemas. Sabemos todos as nossas responsabilidades e os nossos direitos, por isso temos que cumprir também os nossos deveres para que não haja qualquer problema e corra tudo com serenidade pois é assim que tem de ser.*” -----

----- De seguida foram abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os seguinte membros, como segue: -----

- José Luís Santos – Começou por justificar a sua ausência, ontem, nas comemorações do 25 de Abril, por motivos de ordem particular. -----

Em seguida fez um breve comentário às palavras do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, tendo referido não esperar outra coisa senão a dignificação do órgão e que todos os eleitos devem ter educação para estar no órgão com civismo. -----

Depois, falou das limpezas tendo referido que o move uma situação que transmitiu ao seu grupo com a qual o mesmo concordou porque as limpezas que os sapadores e a sua equipa técnica fizeram merece um louvor especial da Assembleia Municipal. Referiu que, não quer dizer que outros funcionários também não tenham outras actividades de relevo, mas efectivamente a actividade dos sapadores deu nas vistas. Deixou um reparo ao Sr. Presidente da Câmara porque a limpeza parou à entrada da Vila e que

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

havendo possibilidade de entrar na parte urbana pediu ao Sr. Presidente que esse esforço fosse feito. Se os sapadores não puderem os particulares deverão ser obrigados, porque vila nova de Paiva é sede do concelho e as várias facções políticas da Assembleia já concordaram que fora Vila Nova de Paiva, as freguesias estão limpas, e por isso deu os parabéns aos Srs. Presidentes de Junta, que fazem uma melhor limpeza que a sede do concelho. -----

Apresentou então à Assembleia uma proposta de louvor aos sapadores florestais para ser votada quando o Sr. Presidente da Assembleia assim o entender e passou de imediato à leitura da proposta do seguinte teor integral: -----

“Os deputados eleitos pelo P.S.D., apresentam um voto de louvor ao grupo de Sapadores Florestais concelhio e sua equipa técnica, reconhecendo o trabalho realizado na sua actividade diária.”-----

- Fernando Félix, referiu o seguinte: *“I - Na sequência da intervenção ora efectuada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e antes de abordar uns assuntos que pensei expor neste período antes da ordem do dia, permitam-me também que apresente umas reflexões sobre o desenrolar da última reunião desta Assembleia.*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu, enquanto cidadão e membro desta Assembleia Municipal, não coloco em causa o seu direito de zelar pela legalidade e, em caso de dúvida, participação às entidades competentes. Aliás essa faculdade/competência vejo-a não tanto como um direito, mas mais como um dever. Nesse sentido digo-lhe que, quando suspeitar de qualquer ilegalidade, participe às entidades competentes, pois eu, mesmo conhecendo bem os trâmites e resultados de algumas participações, entendo que os pareceres e decisões das entidades competentes, por regra clarificam as situações, melhoram e moralizam o sistema democrático. O que eu não concordei Sr. Presidente é que, depois de se levantar a suspeita que o ex-Presidente e actual Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, terá praticado, no exercício das funções de Presidente do anterior executivo, um crime previsto e punido pelo Código Penal, lhe fosse negado, por esta Assembleia Municipal, o exercício do direito de defesa da honra. Eu não concordei e por isso defendi que o Sr. Presidente da Assembleia o deixasse falar, explicar a sua versão dos factos, o que acabou por acontecer, infelizmente, só depois de muita argumentação e alguma agitação. Mesmo sabendo a elevada frequência com que tal procedimento é utilizado, eu não defendi os factos/procedimento em causa, não defendi que o Sr. Presidente da Assembleia não participasse às entidades competentes, defendi sim foi o direito pessoal do próprio ao exercício de defesa da honra e o direito colectivo desta Assembleia Municipal, enquanto órgão máximo deste Município, ser esclarecida em

primeira linha e pelo próprio. O Sr. Presidente da Assembleia foi eleito para presidir este órgão, tem competências específicas inerentes ao cargo, mas isso não implica que o órgão deixe de existir, visto que a Assembleia poderá existir mesmo sem presidente, nunca se verificando é o contrário, ou seja, nunca poderá existir é o presidente sem a respectiva assembleia. E das decisões do presidente cabe sempre recurso para o plenário. E também não convém esquecer que enquanto o presidente não pode destituir os membros da assembleia, legal e directamente eleitos pelo povo, estes podem destituir o presidente, assim como a mesa, em qualquer altura do mandato, através de deliberação tomada pela maioria do seu número legal. -----

***II** – Como se encontram presentes nesta reunião várias pessoas pertencentes ao Conselho Local de Acção Social (CLAS) e a direcções de instituições particulares de solidariedade social existentes neste Concelho, quero, depois de verificar que não consta qualquer entidade de Vila Nova de Paiva na listagem de entidades com processo deferido para o ano fiscal de 2010 relativa ao benefício fiscal da consignação de quota do IRS, publicada pelo Ministério das Finanças, deixar aqui um alerta para a faculdade permitida pelos n.ºs 4 e 6 do artigo 32º da Lei nº 16/2001 de 22 de Junho, Lei da Liberdade Religiosa. -----*

Isto porque na minha opinião, reforçada até pela conjuntura actual, as instituições deste Concelho não devem desperdiçar qualquer fonte possível de financiamento, devendo por isso seguir o exemplo de várias instituições do País, do Distrito e até do concelho do Sátão e, primeiro, requerer o respectivo benefício fiscal junto do Ministério das Finanças e depois divulgar pelos cidadãos naturais (residentes ou não) deste concelho a possibilidade de estes destinarem 0,5 % do seu IRS para uma entidade à sua escolha. -----

***III**- Penso que a conjuntura actual vai também obrigar que este País repense/revalorize o sector primário. Assim e dada a sua importância para a agropecuária deste Concelho e região quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se houve desenvolvimentos no projecto de construção do matadouro regional de Viseu. Sei que há uns anos terá sido constituída a sociedade “MateViseu” (composta por sócios privados-Jan Swaegers/de nacionalidade belga, e públicos - C.Municipais de Viseu, Moimenta-da-Beira, Sernancelhe, e Vila Nova de Paiva, etc) com a finalidade de construção de um matadouro, que substituísse a unidade de abate da PEC-Lusa, encerrado em Junho de 2003, no entanto, há uns tempos que não se tem ouvido falar de tal projecto ou de outro semelhante. -----*

***IV**- Por último quero também perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se está ao corrente e se houve desenvolvimentos na reorganização/alteração do mapa de*

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

distribuição do correio projectada pelos C.T.T., o que implicará a curto prazo a diminuição da importância da estação existente neste Concelho (e a médio/longo prazo provavelmente o seu encerramento e a abertura de um simples balcão agregado a uma outra instituição) em detrimento da existente no Sátão.” -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, respondeu ao membro Sr. Fernando Félix, como segue: “ O Sr. Deputado deveria ter estado mais atento às minhas palavras, ou a interpretação que fez delas não foi certamente a melhor. Nunca falei em nome individual nem pessoal, até porque somos todos nós que temos que fazer as coisas,. todos somos membros da Assembleia Municipal. A minha intervenção foi no sentido de reconhecer que efectivamente as coisas tinham corrido mal e todos estivemos mal, Considero que o Sr. Deputado foi injusto em algumas coisas que disse, porque toda a documentação lhe foi facultada, e o Senhor sabe que pode solicitar toda a documentação, enquanto deputado municipal, pode dirigir-se aos diversos serviços municipais e requerer a documentação que entender necessária para o exercício das suas funções”.-----

- Carlos Saraiva – Começou por felicitar e agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a hora da reunião de hoje.-----

De seguida dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara referindo o seguinte: “ Ontem tivemos aqui as comemorações do 25 de Abril, onde na Assembleia de Jovens, um jovem perguntou ao Sr. Presidente da Câmara quais as prioridades para o Concelho, e falou de várias coisas, mas falou de uma coisa que eu achei importante e que é a questão da saúde. Neste momento temos um centro de saúde reles, sem urgências, com um mau atendimento, e pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se já tomou alguma providencia, se não o fez aconselho-o a toma-la, porque na saúde nós estamos muito mal.-----

2.ª questão – existia uma paragem de autocarro em Vila Cova à Coelheira, na EN 225, sei que foi retirada há três meses, eu devido à más condições que ele tinha, fiquei este três meses à espera que ele realmente fosse para rectificar e aguardei a sua recolocação devidamente arranjada. No entanto tenho informação, através do povo de que aquela foi retirada não para reparação, mas sim porque ali não se justificava e que até foi levada para os Alhais. O que é certo é que garanto que aquela se justifica porque são várias crianças e adultos que aguardam pelo autocarro à chuva.-----

O 3.º ponto é sobre o parque infantil de Vila Nova de Paiva, as pessoas vão-me questionando se realmente vai haver parque ou se não vai e se por acaso este verão ainda vai haver o parque infantil.-----

Outra situação, eu falei uma vez com o Sr. Presidente, informal, sobre a situação de uma bolsa universitária, e pergunto se o Sr. Presidente da Câmara tem pensado nisso, sei que há concelhos que têm. Eu por acaso tenho uma filha na universidade, a bolsa fazia-me bastante jeito, para meu orgulho tem sido uma boa aluna e as bolsas universitárias são dadas aos bons alunos e aos carentes e eu estou nessas duas situações. -----

Hoje logo pela manhã, tive uma alegria quando saí de casa vi os passeios de Vila Cova a iniciar, mas ao mesmo tempo deu-me uma grande tristeza Sr. Presidente, os passeios feitos em cubos acho que não ficam bem, errada ou certa, esta é a minha opinião. -----

E para finalizar, constato que aqui nos trabalhos da Actividade Municipal continuamos a não ter nada sobre o GTF, constato na acta da ultima sessão, que tomou a palavra o Sr. Carlos Saraiva e de seguida nada foi escrito sobre o que foi referido. Agradecia que na actividade municipal fosse relatado o trabalho do GTF e que o mesmo conste nas actas.”-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia referiu que efectivamente houve um lapso, e que na versão inicial da acta não conta o que foi dito pelo Sr. Carlos Saraiva. No entanto e como é do conhecimento de todos, a acta foi atempadamente enviada por ofício a todos os membros da Assembleia Municipal, no qual era referido que se o texto da acta não fosse o mais correcto deveriam enviar aos serviços da DAF, até às 12h00 do dia 26, as respectivas alterações/correcções aquele texto. Foram recebidas algumas alterações/rectificações, nomeadamente do membro Sr. Joel Sousa. O Sr. Carlos não disse nada acerca do texto da acta, mas como pode constatar no texto definitivo o lapso foi corrigido e a sua intervenção já consta na acta.-----

- Horácio Leal – Começou por referir que dois dos assuntos de que queria aqui falar já foram referidos pelo Sr. Carlos Saraiva.-----

De seguida dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara como segue: “ *Sr. Presidente da Câmara eu vou falar um bocadinho como o Bruno de Carvalho que se candidatou às eleições do Sporting. O Sr. Presidente não era o meu candidato, o meu candidato perdeu, mas a partir da altura em que o Sr. ganhou, eu não faço como o Bruno de Carvalho. O Sr. é o Presidente de Vila Nova de Paiva, portanto qualquer coisa que eu diga gostava que não fosse entendido como algum deita a baixo da minha parte em relação a si. Não é isso que eu quero nem é isso que eu entendo. O Sr. é o Presidente de Vila nova de Paiva, e vai ser por mais algum tempo e portanto é o Presidente de todos.*-----

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

Ponto um – falando naquilo que o Carlos já falou e eu vou alinhar porque já trazia aqui em agenda era a questão do parque infantil. De facto a gente é questionado aqui em Vila Nova de Paiva em relação ao parque infantil, e eu digo às pessoas, não se incomodem que isso está a ser resolvido. Mas começamos a dar a mesma resposta muitas vezes e as pessoas começam a ter alguma dificuldade em entender isso.-----

Na questão da saúde, o Carlos também falou nisso, e de facto, somos dentro do Distrito de Viseu, dos que eu conheço, o centro de saúde que está a trabalhar menos horas, isto durante a semana, e ao fim de semana nem sequer funcionamos. Depois somos obrigados mesmo durante a semana, como já aconteceu comigo e possivelmente com alguns dos presentes, eu ir lá com o meu filho três ou quatro vezes e ter de forçosamente ir para Viseu. E depois em Viseu põem-nos á espera porque não se leva carta do médico. Sr. Presidente, não quero culpa-lo desta situação porque isto é muito mais complicado do que isso tudo, mas de qualquer modo o Sr. Presidente é uma pessoa com peso neste Concelho e gostava que o Senhor, se é que ainda não sabe, tentasse saber o que se poderá fazer em termos da saúde e do funcionamento do Centro de Saúde.-----

Em relação aos pontos que eu trago a seguir, Sr. Presidente eu acho que nesta altura e devido àquilo que aconteceu e à leitura que se pode fazer em relação aos Censos, nós perdemos gente. O concelho perdeu gente, as freguesias, a maior parte das freguesias perderam gente, e bastante, ou pelo menos perderam os Censos e Vila Nova de Paiva. Eu por acaso pensava que ia manter, pelo menos, mas nós também tivemos uma quebra de cerca de 7%. Não é muito, mas numa vila como a nossa com pouca gente 7% é bastante. Portanto nós temos de tentar puxar todos para o mesmo lado e tentar arranjar maneira de segurar aqui o maior número possível de pessoa, e da melhor forma possível. Eu sei que é difícil, não somos só nós são os concelhos do interior todos, mas temos de arranjar alguma solução. Uma das soluções que poderia ajudar, se não fosse a trazer pessoas a viver para cá, pelo menos a trazer pessoas a visitar o Concelho, nem que fosse só nos fim de semana. Para os censos contava o dia 21 de Março, das 00h00 até às 12h00, e portanto se essa gente cá estivesse contava para vila Nova de Paiva, mas o certo é que não estava ninguém. O que é que acontece, nós na parte da caça e da pesca, eu sou pescador, sou caçador, o Sr. Presidente também. Nós este ano temos o rio com trutas, é uma coisa boa, temos truta pequena com doze a quinze centímetros, mas truta de trazer para casa não existe porque de facto foi feito aqui, em termos cinegético um mau aproveitamento daquilo que temos e foi das partes influentes deste país. Lembraram-se que, e eu entendo as coisas assim, este País, ou a nossa zona há vinte anos tinha trinta lobos, no entanto há

três ou quatro anos nós só tinha-mos, mas os Serviços entenderam que não podíamos ter só quatro, tinha-mos de ter vinte e o que fizeram deitaram lobos por aí. A natureza mantém aquilo que é possível manter. Se já só existiam quatro lobo é porque não havia maneira de outros se sustentarem e se multiplicarem. A questão do Rio é a mesma coisa, foram por aí lançadas lontras e milhafre, que atacam a truta e destroem o rio. Antigamente vinha cá muita gente, hoje não vem ninguém. Vêm às largadas àquelas brincadeiras de mau gosto para aí fazem que só prejudica o rio, e era aqui que eu queria chegar Sr. Presidente. Estamos quase com dois anos de mandato, o Sr. Presidente já deveria, no meu entender, ter marcado uma reunião do Conselho Cinegético, porque eu penso que o Conselho Cinegético se for bem estruturado pode dar uma ajuda no que diz respeito à caça e à pesca. Tal como eu o Sr. Presidente sabe, está dentro do assunto, tal como eu está em todas as Assembleia do Clube, e embora as coisas estejam mais calmas, o que se passou antes com a questão das reservas, com a questão da divisão, que acho errado para toda a gente haver divisão, porque todos juntos somos mais fortes, mais tarde ou mais cedo as pessoas vão entender. Sr. Presidente deixo aqui o apelo para que o Sr. agende uma reunião do Conselho Cinegético, eu na qualidade de representante, eleito nesta assembleia para aquele conselho lá estarei a representar o município e de tudo o que lá for tratado transmitirei a Assembleia Municipal na sessão seguinte”.-----

Quanto à limpeza das ruas, questão referida pelo Sr. Prof. José Luís, que deu os parabéns às Juntas de freguesia, por estarem mais limpas que as da Vila o membros Horácio Leal disse que na semana passada ao passar pelo Touro, Cerdeira, Póvoa, constatou que andavam a fazer grandes limpezas para a celebração da Páscoa. Em Vila Nova de Paiva, julga ser impossível fazer tais trabalhos apenas com o funcionário Sr. Veigas. Referiu que antes a Câmara tinha na limpeza das ruas quatro ou cinco funcionários, que foi retirando para outros serviços, não sendo assim possível manter a vila limpa. -----

De seguida referiu-se à questão das águas que existiam na zona da Praça do Município, que regavam toda a zona do Reguinho e do Santo António, e que no mandato do Eng.º Diogo, desapareceram, tendo-se disponibilizado para em conjunto com a Câmara se tentar reaver aquelas águas. -----

Por último perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se já tem alguma novidade em relação à situação que se estava a passar com a obra de construção da Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva.-----

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por referir o seguinte: “ A este conjunto de questões que me foram colocadas

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

pelos Sr. Deputados, vou tentar responder de forma clara, concisa sem fugir às questões, mas atendendo ao grande volume delas, se por vezes não for da melhor maneira, desde já peço as minhas desculpas, porque não é intencional.-----

Sr. Presidente da Assembleia, em termos de reflexão e das reflexões que foram feitas por alguns deputados, quanto ao funcionamento do Órgão, Assembleia Municipal, eu penso, e esse é o apelo que eu tenho vindo a fazer, e se bem se recordam, na última Assembleia, eu pedi um minuto para proferir estas breves palavras – Nós somos os eleitos do povo, nós somos conhecidos pelos nossos nomes, nós somos familiares uma dos outros, uns mais próximos outros não e vamo-nos ver todos os dias na rua. Por isso se por vezes houver alguma falha de respeito, como é que nós depois podemos chegar lá fora e ter a mesmas postura . Foi essa a reflexão que fiz. Temos de olhar para o futuro e tentar fazer o melhor nestes tempos exigentes e de muita responsabilidade para todos nós”.-----

Em seguida referiu-se á intervenção do membro José Luís, tendo dito ser verdade que os sapadores têm feito um trabalho excelente. Informou que quase diariamente, logo pela manhã tem estado com a equipa, e que muitas vezes vai ter com eles ao terreno, e que também ele lhes tem dado esse louvor. Referiu que eles têm a formação adequada para fazerem o bom trabalho que está à vista de todos. Orgulha-se de ver os limites geográficos do concelho de Vila Nova de Paiva. Quanto à limpeza da parte urbana, referiu que foram feitos protocolos de delegação de competência com todas as Juntas de Freguesia que têm uns coeficientes de transferência de verbas de acordo com a fefelização e de acordo com o Km que fazem e que verbas transferidas têm sido de acordo com o trabalhos de limpeza de bermas e valetas que cada uma das freguesias faz . Até ao ano de 2010 os trabalhos foram feitos e as verbas foram transferidas.-----

Quanto à observação do Sr. Fernando fénix relativa à informação financeira da Câmara, referiu que há anos de anda nestas lides da política e que nunca como agora foi dada à Assembleia Municipal tanta informação sobre a execução orçamental, e situação financeira da Câmara, e que trimestralmente tem apresentado os mapas contabilísticos, e que este executivo não tem qualquer interesse em esconder a situação financeira da Câmara. Referiu também que e no seguimento da intervenção em defesa da honra, na última sessão da Assembleia Municipal do Sr. Vereador Manuel Custódio, foi hoje distribuído por todos os membros um mapa contendo sobre a real situação da Empreitada da Biblioteca Municipal, que de imediato explicou à Assembleia.-----

Quanto à Mateviseu, informou que aquela Associação, como é do conhecimento público não teve qualquer desenvolvimento. A Câmara Municipal tinha aderido a

àquela associação com uma pequena quota, tal como outros municípios dos Distrito de Viseu. Tanto quanto sabe não há qualquer desenvolvimento sendo aquele um projecto candidatado ao PRODER pensa que não há condições de o mesmo ser aprovado para os montantes que foram candidatados.-----

Relativamente à reorganização dos CTT, referiu que não tem conhecimento de nada e que apenas há algum tempo atrás teve uma reunião com responsáveis dos CTT, que lhe propuseram um reajustamento de horário daqueles Serviços, nomeadamente no período de almoço. Se a distribuição vai ou não passar para o Sátão desconhece em absoluto, no entanto vai ficar atento à situação pois não faz sentido que uma sede de concelho não tenha um balcão dos CTT.-----

Quanto ao referido pelo Sr. Carlos Saraiva sobre as questões colocadas na Assembleia de Jovens aquando das comemorações do 25 de Abril, nomeadamente sobre a saúde, referiu que todos gostariam de ter aqui em Vila Nova de Paiva, não um Centro de Saúde mas sim um Hospital. A questão da Saúde depende do Ministério da Saúde, sendo as decisões da competência exclusiva daquele Ministério. Sendo certo porém que tal como na educação, no social e outros vem tudo parar à Câmara, que tem dado sempre todo o apoio. Informou que a actual situação, menos confortável para os munícipes se deve ao facto de um das médicas daqueles serviços se ter aposentado recentemente. Já contactou a ACES Dão Lafões que lhe informou que estão a fazer todos os esforços para que não haja prejuízo no atendimento dos utentes do Centro de Saúde, e que aguardam o preenchimento da vaga do médico. Está atento, tem conhecimento, sabe que pontualmente tem havido alguns problemas, e que ele próprio já os sentiu, pois à bem pouco tempo foi ao Centro de Saúde para ser assistido e o que lhe disseram foi que não havia médico para o atender.-----

Quanto à questão da paragem de autocarro em Vila Cova à Coelheira, informou que aquele equipamento estava vandalizado, foi retirado para ser reparado nos armazéns municipais e colocado noutra localidade onde fazia mais falta. Recentemente e após conversa com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira, foi já feita aquisição de um novo equipamento para ser lá colocado.-----

A questão do Parque Infantil de Vila Nova de Paiva, considera que é uma questão pertinente, a sede do concelho não ter um parque condigno, e informou que hoje mesmo e após concurso público vão ser abertas as propostas e logo se saberá qual a empresa que vai colocar os equipamentos. Informou também que a localização é a mesma, foi elaborado um projecto pelos Serviços Técnicos da Câmara que prevê o afastamento necessário do posto de combustíveis por forma a serem cumpridas a segurança e as regras impostas pelo Instituto do desporto.-----

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

Quanto às bolsas universitárias, informou que no plano e orçamento da autarquia aprovados exista uma rubrica para o efeito, mas que não tem dotação. Nos tempos que correm, não é possível concretizar esses apoios. A Câmara já está desde o início do corrente ano lectivo a disponibilizar gratuitamente os manuais aos alunos do 1.º CEB do Concelho. Tem conhecimento de que algumas famílias estão a fazer um muitos esforços para manter os filhos na universidade, até porque o governo reduziu em muito os apoios sociais do ensino superior.-----

Relativamente à questão dos passeios de Vila Cova à Coelheira, o Sr. Presidente informou era uma ambição da Câmara e da Junta de Freguesia concluir em breve aqueles trabalhos, e que quanto aos materiais utilizados, cada um tem a sua opinião, o que importa é efectivamente fazer o trabalho.-----

Quanto ao GTF, informou que como se pode constatar a actividade desenvolvida por aquele Gabinete consta dos mapas da actividade municipal distribuídos. -----

De seguida referiu-se aos Censos 2011 e respondendo ao Sr. Horácio Leal, disse que também está com algumas preocupações, o Concelho de Vila Nova de Paiva vai perder população, mas considera que esta questão é nacional e que este problema infelizmente não é só deste concelho mas sem de todos os concelhos do interior. Informou que reuniu com os responsáveis concelhios dos censos e que lhes apelou para fazerem o melhor trabalho possível para que o Concelho não decrescesse. Tem conhecimento de que vai haver uma quebra de população e nalgumas freguesias com percentagens elevadas, mas que é esta a realidade que temos. Tem consciência de que é necessário fazer-se uma política de atracção que passe por políticas de empregabilidade.-----

Quanto à questão da Praia fluvial de Vila Nova de Paiva, o Sr. Presidente informou que o Conselho Executivo da CIM já aprovou projecto, que o enviou ao MaisCentro, e que está neste momento aprovado na íntegra, aguarda-se apenas o parecer O ICNB e da ARHNorte para dar início às obras, que já foram adjudicadas, mas que por questões precaução ainda foram consignadas. -----

O Sr. Presidente aproveitou para informar da consignação de algumas obras de vários arruamento de Vila Nova de Paiva, nomeadamente os Lugar do Ferral, Santinha Lusandinha e também a obra do Caminho do Barreiro, que liga Alhais, Vila Nova de Paiva e Touro.-----

Concluída a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o requerimento apresentado pelo Sr. José Luís Santos, no qual propões um voto de louvor e reconhecimento à equipa de sapadores florestais pelo trabalho que tem desenvolvido.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos membros Hugo Trindade e Carlos Saraiva, aprovar o voto de louvor.-----

----- O membro Carlos Saraiva, justificou a sua abstenção com o facto de fazer parte da equipa de Sapadores Florestais.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

2.1 - Apreciação e votação do texto definitivo da acta da sessão de 23 de Fevereiro de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta aprovar o texto definitivo da acta em epígrafe, com abstenção da Sr.^a Anabela Almeida, por não ter estado presente naquela sessão.-----

2.2 – 4.^a Alteração ao Regulamento do Plano Director Municipal (PDM) – alteração do art.º 7.º , por adaptação – Aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 07 de Abril de 2011 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a Informação n.º 40/2010, de 21.07.2010 do Gabinete Jurídico, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal 07 de Abril de 2011, do seguinte teor integral: -----

“Com a recente entrada em vigor do Dec.-Lei.º 73/2009 de 31 de Março que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN) o legislador veio “modificar” substancialmente a estrutura das parcelas de terreno que pelas suas características estão predominantemente afectas à actividade agrícola. Motivado pelas profundas alterações geopolíticas sofridas pelas actuais sociedades, pelo reflexo nas sociedades humanas e nos ecossistemas em geral que as condições climáticas têm produzido, pela necessidade da manutenção de condições estratégicas básicas de vida das populações e da garantia de sustentabilidade dos recursos, optou por uma maior defesa e conservação das terras e dos solos, conforme preâmbulo do diploma citado. Nesse prisma, veio no capítulo V, daquele regime jurídico, estabelecer o Regime da RAN, referindo no art.º 20.º, n.º 1 que “As áreas da RAN devem ser afectas à actividade agrícola e são áreas non aedificandi, numa óptica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural”. Porém o art.º 22.º vem estabelecer um conjunto de utilizações possíveis diversas das actividades agrícolas.

Com o título “Utilização de áreas da RAN para outros fins” o legislador consagra um elenco de utilizações possíveis nas áreas classificadas como RAN desde que cumpridos certos requisitos. Assim as utilizações não agrícolas em áreas de RAN (as quais são excepção) passam a ser possíveis desde que:

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

a) não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita à componente técnica, económica, ambiental e cultural;

b) não existindo alternativa devem contudo localizar-se nas parcelas de terreno classificados como de menor aptidão;

c) quando estejam em causa qualquer obra constante nas várias alíneas do n.º 1 do art.º 22.º, com as limitações e pareceres prévios constantes no diploma em causa.

Por sua vez o regulamento do PDM de Vila Nova de Paiva, no seu art.º 7.º, dispõe:

“Artigo 7.º

Reserva Agrícola Nacional

1 - Os solos da Reserva Agrícola Nacional devem ser exclusivamente afectos à agricultura, sendo proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, designadamente as seguintes:

a) A construção de obras hidráulicas, de vias de comunicação e acessos e de edifícios a execução de aterros e escavações e a implantação de muros, postes e vedações com carácter permanente susceptíveis de intervir perniciosamente na exploração agrícola dos terrenos da RAN, consideradas em conjunto, ou de dificultar acções de emparcelamento;

b) O lançamento ou depósito de resíduos radioactivos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar as características do solo;

c) O despejo de volumes excessivos de lamas, designadamente resultantes de utilização indiscriminadas de processos de tratamento de efluentes;

d) As acções que provoquem erosão e degradação do solo, desprendimento de terras, inundações, excesso de salinidade e outros efeitos perniciosos;

e) A utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos, conforme o n.º 1 do artigo 8.º do decreto-lei n.º 196/89, de 14 de Junho;

f) A expansão ou abertura de exploração de inertes;

g) A instalação de parques de sucata, lixeiras, nitreiras e de depósitos de materiais de construção;

h) As instalações pecuárias industriais;

i) As instalações turísticas, com excepção das legalmente enquadradas nas modalidades de turismo rural, agro-turismo e turismo de habitação.

2 - Exceptuam-se da interdição referida na número anterior, mas estão sujeitas a prévio parecer favorável da comissão Regional da Reserva Agrícola, as utilizações não agrícolas de solos integrados na RAN quando se trata de:

a) Obras com finalidades exclusivamente agrícola quando integradas e utilizadas em explorações agrícolas viáveis, desde que não existam alternativas de localização em solos não incluídos na RAN ou, quando as haja, a sua implantação nestes inviabilize técnica e economicamente a construção;

b) Habitações para fixação, em regime de residência habitual, dos agricultores em explorações agrícolas viáveis, desde que não existam alternativas válidas de localização em solos não incluídos na RAN;

c) Vias de comunicação, seus acessos e outros empreendimentos ou construções de interesse público, desde que não haja alternativa técnica, economicamente aceitável, para o seu traçado ou localização;

d) Obras indispensáveis de defesa do património cultural, designadamente de natureza arqueológica;

c) Habitação para utilização própria e exclusiva dos seus proprietários e respectivos agregados familiares, quando se encontrem em situação de extrema necessidade sem alternativa viável para a obtenção de habitação condigna e daí não resultem inconvenientes para os interesses tutelados pelo diploma relativos à RAN, conforme a alínea c) do n.º2 do artigo 9.º do Decreto-Lei N.º 196/89.

3 - Quando forem permitidas edificações nos termos de legislação aplicável, estas obedecerão às seguintes condicionantes:

a) Área mínima do terreno ou prédio- 10 000 m². Caso o terreno tenha área inferior, apenas poderá ser projectada habitação com área bruta de construção não superior a 150 m² em prédios de 7500 m² de área mínima.

A baixo deste valor serão unicamente aceites instalações e infra- estruturas de apoio agrícola;

b) Índice de utilização máxima (engloba todas as edificações, qualquer que seja a sua natureza) - 0,0250;

c) Área bruta de construção máxima – 500m²;

d) Número máximo de pisos – 2, sendo a cêrcea máxima de 7 m, excepto no caso de equipamento técnicos, quando devidamente justificado;

e) Infra-estruturas autónomas a realizar pelos respectivos interessados, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela Câmara, excepto no caso de haver disponibilidade da rede pública.”

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

Ora, como é de vislumbrar o regulamento do PDM limita além do estipulado no regime do Dec-Lei n.º 73/2009 de 31 de Março certo tipo de operações urbanísticas, impondo-lhe limites que não constam da Lei, podendo por isso dizer-se ser contraditório àquele, e que urge portanto adaptar.

Da alteração ao Plano Director Municipal trata o Dec.-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, alterado pelo Dec.-Lei n.º 46/2009 de 20 de Setembro (RJIGT). Sob a epígrafe dinâmica dos planos a secção V, no seu art.º 97.º, n.º 1, refere que “Os instrumentos de gestão territorial (nos quais se inclui o PDM) podem ser objecto de alteração de correcção material, de rectificação, de revisão e de suspensão” acrescentando o n.º 2 que “A alteração dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer, alínea c) da entrada em vigor de leis (...) que colidam com as respectivas disposições...”.

O tipo de alteração prevista para estes casos é a alteração por adaptação prevista no art.º 97.º, n.º 1, alínea a) e segue o procedimento previsto no art.º 148.º a 151.º, sendo mesmo obrigatória no prazo de 90 dias nos termos do n.º 2 art.º 97.º.

Ainda, nos termos do n.º 3 as adaptações aos planos municipais de ordenamento do território, aplica-se o disposto no n.º 1 do art.º 79.º, ou seja, são aprovados pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal.

Por sua vez, a presente alteração porque ocorre por força de legislação que é hierarquicamente superior ao regulamento do PDM, e porque é uma pequena alteração, nos termos do art.º 96.º, n.º 3, pode não ser objecto de avaliação ambiental pois não parecer ser susceptível de ter efeitos significativos no ambiente, nos termos do n.º 4 que remete para os critérios estabelecidos no Dec-Lei n.º 232/2007 de 15 de Julho. Ora este último consagra a possibilidade das pequenas alterações aos planos serem isentas de avaliação ambiental, quando o órgão que as promove, assim o determine, dada a característica da alteração, vide art.º 4.º. Tal disciplina vai aliás ao encontro do estatuído no art.º 96.º, n.º 4 do RJIGT.

Assim, a Câmara Municipal deve ab initio deve qualificar a alteração proposta como “não susceptível de ter efeitos significativos no ambiente” nos termos do art.º 96.º, n.º 3 e 4 do RJIGT.

Posteriormente e caso assim o entenda deve promover a alteração por adaptação do Regulamento do Plano Director Municipal de Vila Nova de Paiva, dando uma nova redacção ao art.º 7.º, como segue:

“Artigo 7.º

Reserva Agrícola Nacional

As áreas definidas como Reserva Agrícola Nacional (RAN) estão sujeitas aos condicionamentos da legislação em vigor, designadamente do Decreto-Lei 73/200, de 31 de Março.”

Assim deverá ser promovida a tramitação processual proposta de alteração por adaptação que se indica supra, nomeadamente consoante art.º 96.º, n.º 4 (dispensa de avaliação ambiental) a promover pela Câmara Municipal e aprovar a presente alteração.

Posteriormente deverá a mesma ser submetida mediante proposta da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, que a deverá aprovar, cumprindo o procedimento supra indicado e constante nos art.ºs 14.º a 151.º.”-----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e usou da palavra o seguinte membro: -----

- Fernando Félix, que referiu o seguinte: “*Relativamente à proposta de alteração do art. 7º do Regulamento do PDM de Vila Nova de Paiva quero dizer que compreendo a vontade de se adequar/adaptar tal regulamento ao Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional. Contudo, na minha opinião, a nova redacção proposta não é, pragmaticamente falando, a mais feliz. Isto porque o texto proposto consigna/remete especificamente para o Decreto-Lei 73/2009 de 31 de Março, o que, caso este decreto-lei seja revogado, obrigará a uma nova alteração do Regulamento do PDM de Vila Nova de Paiva. Assim, e dada a frequência com que neste País a legislação é revogada, penso que seria mais pragmática não a redacção proposta, que diz que “As áreas definidas como RAN estão sujeitas aos condicionamentos da legislação em vigor, designadamente do Dec.Lei 73/2009 de 31 de Março”, mas uma outra, mais abstracta, e que diria que “As áreas definidas como RAN estão sujeitas aos condicionamentos da legislação em vigor, designadamente o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional”.* -----

----- E não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem do dia o Sr. Presidente da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade concordar com a informação em epígrafe e aprovar a 4.ª alteração ao Regulamento do PDM.-----

----- Pelas quinze horas e cinquenta e oito minutos, o Sr. José Luís Santos comunicou ao Presidente da Mesa que por motivos de ordem pessoal se teria de ausentar, não tendo a mesa colocado qualquer objecção.-----

----- **Interrupção da Reunião** - Eram dezasseis horas, quando o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos por um período de cinco minutos.-----

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

----- Passado o período de interrupção estabelecido, o Sr. Presidente reiniciou os trabalhos, tendo verificado as presenças e constatado estarem presentes todos os membros que estavam no início da sessão, excepto o membro Sr. José Luís Santos -----

2.3 – Designação de representante da Assembleia Municipal, para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Concelho de Vila Nova de Paiva. -----

----- Foi presente à reunião o ofício N.º 54/CPCJ/11, datado de 14.03.2011, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Concelho de Vila Nova de Paiva, do seguinte teor : *“Vimos solicitar a V.ª Ex., a designação de um(a) Representante da Assembleia Municipal para integrar esta CPCJ, uma vez que, o Sr. Carlos Alberto Pereira de Sá já excedeu o número de faltas previstas no Regulamento Interno desta CPCJ, não tendo apresentado qualquer justificação relativamente às suas ausências.”* -----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveu-se o deputado Fernando Félix, o qual imediatamente apresentou à mesa a seguinte proposta: -----

“Exmº Srº.

Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva

O grupo do PSD da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva vem por este meio propor para integrar a CPCJ, como Representante da Assembleia Municipal, a Srª Cristina Maria Carvalho Rochinha Costa, eleitora nº 1163 da Freguesia de Vila Nova de Paiva, oficial de justiça e residente na Rua Dr. Hermínio Teles, nº 39, 3650-191 Vila Nova de Paiva.” -----

----- A proposta apresentada foi subscrita por todos os membros da Assembleia Municipal e de imediato colocada, pelo Sr. Presidente da Mesa, a votação por escrutínio secreto.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, e escrutínio secreto, com 18 votos a favor e dois votos em branco nomear como representante da Assembleia Municipal a Sr.ª Cristina Maria Carvalho Rochinha Costa para integrar a CPCJ.-----

2.4 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2010 – Aprovadas em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 07 de Abril de 2011 – Apreciação e votação. -----

----- Foram presentes à reunião a Prestação de Contas e respectivo Relatório de Gestão referente ao exercício do ano de 2010, aprovadas na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 07 do corrente mês, oportunamente entregues a todos os membros da Assembleia Municipal . -----

----- Relativamente à execução orçamental, verifica-se no Mapa de Fluxos de Caixa que o montante das Receitas Orçamentais, incluindo o saldo da gerência anterior, foi de € 6.923.475,21 e o montante das Despesas Orçamentais realizadas foi de € 6.464.982,48, transitando um saldo para o exercício seguinte de €458.492,73. -----

----- Relativamente às Operações de Tesouraria, incluindo o saldo da gerência anterior, verificou-se uma entrada no valor de €823.851,69 e uma saída de fundos no valor de €450.850,33, transitando um saldo para a gerência seguinte de €373.001,36.

----- Foi proposto pelo pela Câmara Municipal, que os resultados líquidos do exercício no montante de €1.569.718,17, sejam aplicados, nos termos do ponto 2.7.3.4 do POCAL, em reforço do património (€ 1.491.232,26) e reforço de reservas (€ 78.485,91). -----

----- Os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I encontram-se integralmente elaborados, e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

----- A solicitação do Presidente da Mesa Assembleia da Municipal, o Sr. Presidente da Câmara fez a explanação resumida das Contas da Autarquia relativas ao exercício de 2010, tendo dado especial relevância à redução das despesas corrente, nomeadamente com pessoal, ao aumento das receitas correntes, e ao rácio de liquidez, ao aumento da percentagem de execução orçamental, que considerou razoável face ao orçamento que no ano de 2010 era de doze milhões de euros. -----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

- Henrique Morgado, referiu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, em Abril de 2008, quando era Vereador disse o seguinte : -----

“Após análise cuidada dos documentos em apreciação e considerando que dos mesmos consta que:-----

Grande parte do documento é mais um programa político do Sr. Presidente da Câmara com um elenco exaustivo, não do programa executado, mas de obras a executar e das suas viagens alem fronteiras esquecendo-se das alem mar;-----

- O investimento total da autarquia caiu drasticamente pelo 2º ano consecutivo, atingindo níveis preocupantes;-----

- Continuar a não haver coerência e racionalidade na transferências de verbas do Município para as Juntas de Freguesia, havendo, inclusive saídas do armazém, como o Sr. Presidente referiu, que não são controladas nem relatadas, mas são investimento!!! ; -----

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

- Em termos globais a Execução do PPI, foi de 44,20% conforme Mapa de Execução anual, muito aquém dos 50%;-----

- As receitas de capital e correntes decaíram de forma vertiginosa, havendo ausência de estratégia para captação de receitas, nomeadamente da Administração Central e Fundos Comunitários;-----

- Continua a haver um grande aumento com despesas com pessoal, sendo que, hoje, existe na Câmara um desequilíbrio financeiro, pois que as ditas despesas com pessoal ultrapassam pelo 2ª vez as receitas correntes;-----

- Entre as receitas correntes e as despesas correntes existe um défice de 8,42%, com um saldo negativo, violando claramente a regra do Equilíbrio Mínimo, entre Receitas e Despesas Correntes;-----

- A dívida a Fornecedores de Bens e Serviços, conjuntamente com a Dívida a Terceiros, mantém-se em níveis elevados atingindo o valor global de 2.873.386,75€;--

- Os indicadores de Gestão Orçamental e Gestão Patrimonial, todos eles indicam que houve, como referido no Relatório, uma má performance que indica uma péssima gestão autárquica.-----

Por último:-----

- Verifica-se cada vez mais um aumento do endividamento da Autarquia a curto, médio e longo prazo, aumentando em consequência os respectivos encargos em amortizações e juros, comprometendo a capacidade de endividamento do Município e obviamente a realização de projectos estruturantes no futuro. -----

- Neste contexto, não podemos pactuar com este tipo de gestão liderada pelo Sr. Presidente da Câmara, no qual se verifica em termos gerais diminuição do Investimento total e por outro lado um desequilíbrio financeiro completo.-----

----- Em conformidade, abstemo-nos no voto, às Contas e Relatório apresentadas para o exercício de 2007”.-----

----- De seguida o membro Henrique Morgado, continuou a sua intervenção comentando os desvios de execução orçamental, tendo referido que até agora não vê grandes motivos para orgulho.-----

- Joel Sousa – Começou por referir que verifica mais uma vez que o orçamento é “martelado”, verificando-se um desvio de cerca de cinquenta e nove por cento. Quanto às receitas referiu que tem de se em conta a contabilidade orçamental e a patrimonial. Se, se considerar a taxa de inflação verifica-se que as receitas da Câmara estão ao nível de 2007. Quanto a receita verifica ainda que de 2009 para 2010, os impostos e taxas cresceram em trezentos mil euros. A segunda causa do aumento das receitas foram as eólicas que foi de duzentos mil euros. Verifica também que as transferências e

subsídios obtidos foi de mais seiscentos e vinte mil euros. Verifica portanto que o município recebeu em 2010 mais um milhão de euros, no entanto considera que a proveniência das receitas trouxe prejuízo para os munícipes. Quanto ao pessoal considera que a comparação não deve ser feita com o ano anterior mas sim por exemplo com o ano de 2007. Referiu que a aposta nas pessoas deve ser para produzir e não para criar emprego. Quanto à evolução do investimento, referiu que tem de se ter conta que o QREN está em plena execução.-----

- Horácio Leal – Referiu-se às transferências para as Juntas de Freguesia, constando que a de Vila Nova de Paiva foi a que menos dinheiro recebeu (€6.249,00), quando há associações que receberam valores muito elevados (€37.000,00) e que com o que a Junta de Freguesia de Vila Nova de Paiva recebe, pouco ou nada pode fazer.-----

- Fernando Félix, disse o seguinte: *“Relativamente à prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2010 quero, depois da exposição efectuada pelo Sr. Presidente da Câmara e da intervenção do deputado Joel Sousa, deixar apenas umas notas/reflexões breves: -----*

- a percentagem de execução do Plano de Actividades de 2010, abaixo dos 40 %, torna evidente a inexistência de “milagres”, demonstrando/concretizando as minhas dúvidas apresentadas na discussão do Orçamento para o ano de 2010, quando dizia que “os orçamentos são realmente documentos previsionais e o que se encontra em discussão é um bom exemplo disso, manifestando/exigindo até uma boa dose de esperança/fé, atendendo quer ao montante total quer ao elevado valor apresentado pelas rubricas generalistas de “outras receitas”;

- registar a diminuição dos valores dos empréstimos bancários de Médio e Longo Prazo, no montante aproximado de € 325.000,00, alertando no entanto para a necessidade de não nos podermos deixar iludir e guiar pela imagem relativa e “enganadora” revelada pela curvatura da linha constante do gráfico de fls. 63 do relatório de gestão. Tal gráfico ao contemplar/mostrar apenas o intervalo de € 5.300.000,00 e € 6.100.000,00, permite que a redução de € 325.000,00 origine uma curva acentuada, dando a entender que se verificou um decréscimo acentuado dos empréstimos bancários de médio e longo prazo, mas na realidade, e infelizmente, não é isso que se verifica uma vez que o valor de tais empréstimos ainda se cifra no montante de € 5.603.570,72 Euros. -----

- por último quero mais uma vez alertar para a elevada dependência das contas do Município para com as transferências inter-governamentais, as receitas externas oriundas dos impostos pagos pelos contribuintes. Alertando também para o facto dos contribuintes deste Município não terem, contrariamente aos sujeitos passivos de

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

cerca de 173 Municípios portugueses, vários dos quais do Distrito de Viseu, beneficiado de qualquer redução do IRS pago, redução esta que seria possível pela opção/aplicação autárquica do instrumento de participação variável de 5 % do IRS. “

----- O Sr. Presidente da Assembleia usou da palavra para comentar as intervenção dos membros que usaram da palavra dizendo o seguinte “Com os comentários que hoje ouvi dei-me conta que não percebo nada de nada. Aumentar as receitas é mau, baixar a despesa é mau, aumentar o investimento é mau, baixar as despesas com pessoal também é mau. Enfim, parece que está tudo ao contrário. Pela primeira vez, temos um superavit, e temos as receitas a superarem as despesas. Um dado histórico mas, pelo visto, isso também é mau. Foram com certeza melhores as contas dos últimos anos. Os resultados viram-se”-----

----- O Sr. Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para responder a alguns comentário proferidos acerca das contas e do relatório.-----

----- E não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia colocou as Contas e o Relatório de Gestão a votação.-----

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria absoluta com treze votos a favor e sete abstenções dos Srs. Henrique Morgado, Joel Sousa, Horácio Leal, Fernando Félix, Anabela Almeida, Amândio Salvador e Carlos Saraiva.-----

2.5 – Fixação de Taxas pela emissão de certificado de registo de cidadão da união europeia – Proposta de deliberação datada de 26.02.2011, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 03 de Março de 2011 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião uma proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 26 de Fevereiro de 2011, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 03 de Março de 2010, do seguinte teor integral: -----

----- “ Considerando que:

----- a) A Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, regula o exercício do direito de livre circulação e residência de cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional, cuja estada no território nacional, desde que se prolongue por período superior a três meses, obriga a efectuar o registo que formaliza o seu direito de residência no prazo de 30 dias após decorridos três meses da entrada no território nacional;

----- b) O registo deverá ser efectuado na câmara municipal da área de residência, sendo emitido um certificado de registo conforme modelo constante do Anexo I à Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, entrada em vigor em 30 de Janeiro de 2011, que revogou a portaria n.º 1.637/2006 publicada na 2.ª Série do Diário da

República n.º 200, de 17 de Outubro de 2006, sendo válido por cinco anos a contar da data da sua emissão ou para o período previsto de residência do cidadão da União, se este período for inferior a cinco anos, estando igualmente previsto a emissão de certificado de registo ao cidadão da União que resida na qualidade de familiar;

----- c) Pela emissão do certificado de registo a Câmara Municipal tem direito a cobrar taxas aos cidadãos da União Europeia que requeiram o referido registo, e respectivos familiares, junto da Câmara Municipal, nos termos previstos no n.º 2 do art.º 29.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, conforme estipula o n.º 1 do art.º 4.º da referida Portaria n.º 1.334-D/2010, isto é, o produto das taxas reverte em 50% para o município e em 50% para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);

----- d) As taxas fixadas pela Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 30 de Abril de 2007, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária do dia 7 de Março de 2007, ao abrigo do art.º 3.º, com a repartição prevista no art.º 4.º, da agora revogada portaria n.º 1.637/2006, entraram em vigor em 4 de Maio de 2007, conforme Edital afixado;

----- e) O art.º 3.º da Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, vem agora fixar, para os procedimentos de emissão dos certificados de registo que tenham sido requeridos após a sua entrada em vigor, em € 15,00 a taxa de emissão do certificado de registo de cidadão da união europeia e em € 10,00 a taxa de emissão de 2.ª via do certificado por extravio, roubo ou deterioração, dispondo o n.º 3 do art.º 4.º da mesma Portaria que, para cobertura de despesas administrativas municipais pode ser deduzido o valor de 2,5% ao montante que reverte para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);

----- f) Por sua vez, o art.º 5.º ainda daquela Portaria, vem definir que, na primeira emissão do certificado de registo de cidadãos da união europeia menores de 6 anos, a taxa aplicável é reduzida em 50%;

----- g) Por último, o n.º 2 do art.º 4.º da mesma Portaria, vem regular que o montante a cobrar pela componente municipal do serviço prestado é fixado, de acordo com a legislação aplicável às autarquias locais, pelos órgãos competentes em matéria de fixação de taxas municipais, não podendo exceder o valor correspondente a 50% do valor previsto no n.º 2 do art.º 29.º da Lei n.º 37/2006;

----- Assim, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 4.º da Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, ao abrigo da alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal em

Acta N.º 02/2011	
Livro N.º	Folha N.º

conformidade com a alínea e), do n.º 2, do art.º 53.º, do mesmo diploma, conjugada com o n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, o seguinte:

----- 1.º) Nos termos previstos no n.º 2 do art.º 29.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, fixar em 50% a percentagem que reverterá para a Câmara Municipal incidente sobre o valor das taxas fixadas no art.º 3.º da Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, para a emissão de certificado de registo de cidadão da união europeia ou sua substituição por extravio, roubo ou deterioração, bem como deduzir o valor de 2,5 % no montante que reverte para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para cobertura de despesas administrativas municipais.

----- 2.º) Em conformidade com o número anterior, aprovar as seguintes taxas municipais, com a consequente alteração dos artigos 64.º e 65.º do Capítulo III (Registo de Cidadãos da União Europeia) do Anexo I (Tabela de Taxas não Urbanísticas) do Regulamento Municipal e Tabela de Taxas em vigor, aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010:

Certificado de Registo

Taxa fixada em € 15,00 pelo n.º 1 do art.º 3.º da Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, revertendo para a Câmara Municipal as seguintes taxas:

- 1) Pela emissão do certificado de registo ----- € 7,50;*
- 2) Despesas administrativas ----- € 0,19.*

2.ª Via do Certificado de Registo

Taxa fixada em € 10,00 pelo n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 1.334-D/2010, de 31 de Dezembro, revertendo para a Câmara Municipal as seguintes taxas:

- 3) Pela emissão de 2.ª via (por extravio, roubo ou deterioração) ----- € 5,00;*
- 4) Despesas administrativas----- € 0,13.*

Nota: pela primeira emissão do certificado de registo de cidadão da união europeia a menores de 6 (seis) anos, a taxa aplicável referida no n.º 1) é reduzida em 50%.

3.º) Que as referidas taxas, em conformidade com o n.º 4 do art.º 55.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, entrarão em vigor no prazo de 15 dias após a data de publicação na 2.ª Série do Diário da República de aviso de alteração dos artigos 64.º e 65.º do Capítulo III do Anexo I do Regulamento Municipal e Tabela de Taxas em vigor aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010.”

----- Abertas as inscrições para este ponto e não tendo havido inscrições o assunto foi de imediato colocado a votação.-----

*----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe.-----*

